



Cachoeira dos Cariocas, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso.

Ampliação adequada do Parque dos Veadeiros pode garantir proteção a 50 espécies

O simpático pato mergulhão, de penacho na cabeça e bico longo e serrilhado para capturar peixes diretamente dentro d'água, tem apenas 200 exemplares em todo o mundo, 70 deles na região na Chapada dos Veadeiros (GO), de acordo com o pesquisador da UnB e doutor em ecologia, Reuber Brandão. Considerado uma das dez aves aquáticas mais ameaçadas do planeta, o pato-mergulhão está na lista das 32 espécies da fauna e 17 da flora que podem ser extintas caso a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros não seja feita de acordo com a proposta formulada pelo Ministério do Meio Ambiente, contestada pelo governo de Goiás.

Luana Lourenço/Agência Brasil

O projeto original prevê o aumento dos atuais 65 mil hectares para 222 mil hectares, em área contígua. No entanto, uma contraproposta apresentada pelo governo de Goiás na última semana autoriza a anexação de apenas 90 mil hectares à unidade de conservação, excluindo da ampliação as terras que dependem de regularização fundiária, formando uma espécie de peneira de áreas protegidas.

Apesar de não ser a maior unidade de conservação do Cerrado, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros tem uma importância estratégica para a proteção da região, segundo a pesquisadora e professora do Departamento de Ecologia da UnB, Mercedes Bustamante. “O parque é extremamente importante para a região e para o bioma por tratar-se de áreas de Cerrado de altitude com endemismos (representantes de flora e fauna restritos a essa região) significativos”, destaca. A lista de animais ameaçados de extinção identificados na área também inclui a onça-pintada; o socó boi-jararaca; a águia-cinzenta; o cachorro do mato vinagre e duas espécies símbolo do Cerrado: o lobo-guará e o tamanduá-bandeira.

Para a flora, a ampliação do parque vai garantir a conservação de formações vegetais do Cerrado até agora desprotegidas, como a mata seca, predominante na região do Pouso Alto, a mais alta do Planalto Central, hoje fora dos limites oficiais do parque. Além dessa, mais oito formações vegetais do bioma fazem parte do novo desenho da unidade: matas de galeria, cerradão, cerrado sentido restrito, parque cerrado, vereda, campo sujo, campo limpo e campo rupestre.

Segundo especialistas em Cerrado, pelas características do bioma, a demarcação fragmentada das áreas a serem protegidas não garante o grau de preservação que cabe a uma unidade de conservação de proteção integral. “A fragmentação reduz a sua efetividade da área protegida, com redução do fluxo gênico, impactos sobre as funções importantes dos ecossistemas como ciclos do carbono

e da água, e aumenta o impacto que as transformações no entorno das áreas tem sobre o interior protegido”, ressalta Mercedes.

Além disso, o modelo de “peneira”, com áreas não protegidas no interior do parque, inviabiliza a sobrevivência de algumas espécies ameaçadas, como a onça-pintada e o lobo-guará, que precisam de áreas extensas para suas atividades e reprodução. “Se pensarmos nas populações de antas, onças, lobos-guará e gaviões, estamos falando de animais que precisam de grandes extensões para caçar e sobreviver. A águia-cinzenta, que habita a região, já não tem sido vista pelos pesquisadores com a mesma frequência”, explica Brandão.

Já o pato-mergulhão precisa de águas cristalinas para capturar seu alimento diretamente dos rios. Se os cursos d'água são afetados pela atividade agropecuária, instalação de pequenas centrais hidrelétricas ou até pela mineração – ameaça que ainda ronda a Chapada dos Veadeiros – o bicho não consegue sobreviver e desaparece. O pato-mergulhão é reconhecido inclusive como espécie bioindicadora, ou seja, a presença dele em uma determinada área revela um bom estado de preservação do ambiente, justamente o que está em risco na região dos Veadeiros neste momento.

“É preciso garantir a preservação dessas espécies para que a gente possa reverter o quadro de ameaça de extinção”, diz a especialista em pato-mergulhão Gislaïne Disconzi, coordenadora do Censo Neotropical de Aves Aquáticas no Brasil. “A proposta [do governo de Goiás] vem com uma colcha de retalhos, é uma fragmentação tão grande do sistema que não ajuda, não melhora as condições atuais. Não tem valor científico, não foram levados em conta os critérios de biodiversidade. A proposta que o ICMBio e o MMA fizeram é a correta, em área contígua, e contempla critérios de biodiversidade, é para isso que se quer a ampliação”, acrescenta a bióloga.



Reuber Brandão, professor e pesquisador da UnB.

Responsável pela descoberta de 11 espécies de anfíbios, nove delas na Chapada dos Veadeiros, Reuber Brandão destaca o potencial de novos achados científicos na região, atividade que pode ser estimulada com a decretação da nova área do parque. Sua última descoberta foi em novembro: uma rã ainda não batizada, encontrada na Reserva Natural Serra do Tombador, uma Reserva

Particular do Patrimônio Natural (RPPN) a cerca de 20 quilômetros do parque federal.

O secretário executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Goiás, Rogério Rocha, reconhece que a ampliação fragmentada pode não ser a ideal para a biodiversidade e para a implementação administrativa da nova área do parque, mas diz que a contraproposta priorizou a situação das famílias que vivem na área, algumas há décadas. Segundo ele, após a regularização fundiária de todas as áreas, o governo de Goiás vai dar o aval para a extensão do parque também nessas terras.

“Tem um motivo essa autorização de fazer esses 90 mil hectares agora, é uma sinalização para o Ministério do Meio Ambiente de que nós somos a favor da ampliação. Goiás nunca foi contra, mas é que tem que ter uma expansão com responsabilidade social. A gente não pode garantir abstratamente ou juridicamente a proteção de uma área e esquecer de 230 famílias, essa é a questão”, argumenta. Além disso, segundo Rocha, a intenção do governo de Goiás é criar na região do parque a Estação Ecológica Nova Roma, um tipo de unidade de conservação de uso ainda mais restrito que um parque nacional. “É uma área com nível máximo de proteção. São 7 mil hectares que são só para pesquisa e pesquisa com autorização. Isso está no meio do parque”, pondera.

A conservação dos recursos hídricos, que dão ao Cerrado a fama de “caixa d'água do Brasil”, pela quantidade e importância das nascentes do bioma, também pode ganhar fôlego com os novos limites do Parque dos Veadeiros, beneficiando atividades como o ecoturismo com foco nas belas cachoeiras da região e até a agropecuária, essencial para Goiás. “Os rios que nascem na Chapada também alimentam a Bacia Amazônica”, lembra Brandão. O Rio Preto, por exemplo, cuja nascente hoje está fora da área de proteção no parque, deságua no Rio Tocantins, braço da Bacia Araguaia-Tocantins, uma das mais importantes do Brasil.

Por causa do impacto direto das mudanças da cobertura vegetal no regime de chuvas do Cerrado, o gestor ambiental da Fundação O Boticário, Danilo João Tenfen, diz que o impacto da decisão de não proteger determinadas áreas vai muito além dos efeitos sobre a fauna e a flora. “Converter esses ambientes naturais, florestas e fitofisionomias em plantações, monoculturas extensivas e pastos vai modificar o clima, o ciclo hidrológico e quem é mais afetado?”, questiona.

A pesquisadora e professora da UnB Mercedes Bustamante destaca que, por causa das mudanças climáticas, “as áreas de altitude estão entre as mais vulneráveis e devem ter sua proteção priorizada”, como é o caso de parte da Chapada dos Veadeiros, que chega aos 1,6 mil metros de altitude em alguns pontos ainda não abarcados pelo parque nacional.



Cerca em área conhecida como Jardim de Maytree estabelece atual limite do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.